



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0002024-39.2025.6.05.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA CAPITAL
ASSUNTO : Pregão Eletrônico 90007/2025. Impugnação.

PARECER nº 355 / 2025 - PRE/DG/ASJURI

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, para apreciação da Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 90007/2025 (doc. nº 3449339) apresentada pela empresa FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (doc. nº 3473421).

2. A impugnação versa, em síntese, sobre a planilha de custos e formação de preços (PCFP) que baseou a estimativa da Administração, apontando erros específicos na rubrica seguro de vida e no submódulo 4.1 (*substituto nas ausências legais*) e, de modo geral, na estimativa constante dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP). Alega-se, ainda, que há indicação de Convenção Coletiva no edital, a ser obrigatoriamente seguida pelas licitantes.

2.1. Ao final, a Impugnante apresentou:

"Consideramos ser dever de cada cidadão ou empresa zelar pela disciplina do mercado, seja de licitantes seja de Licitadores, e não podemos nos calar em frente a atrocidades oferecidas em Licitações Públicas. Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

1) Que abstenha-se de exigir no Edital LICITAÇÃO TER/BA – PE Nº **90007/2025** fixação de pisos salariais, bem como indicação de convenções coletivas de trabalho, permitindo as empresas definirem seus salários, em nome da perfeita isonomia estabelecida em Constituição Federal, e em obediência as jurisprudências que tratam do assunto.

2) Que seja modificado o Estudo Preliminar Técnico (ETP), a fim de se considerar estimativa com preços médios de mercado, com a devida comparação singular de casos análogos ao objeto desta contratação.

3) Reformular a estimativa de exequibilidade para execução dos serviços do objeto do PE **90007/2025**, considerando ainda possíveis reduções na etapa disputa de preços, com a consequente uso de preços adequados aos parâmetros medianos de uma execução em conformidade com a legislação vigente;

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro. Informa esta empresa, outrossim, que na hipótese remota de não modificado o dispositivo editalício impugnado, TAL DECISÃO NÃO PROSPERARÁ PERANTE O PODER JUDICIÁRIO E O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO."

(grifos originais)

3. O Pregoeiro se manifestou "*pelo não acolhimento das razões do requerimento da impugnante*" (doc. nº. 3477224), tendo, antes, registrado suas considerações, das quais destacamos:

"No que pertine a irrisignação da impugnante, informamos que as questões suscitadas pela empresa não devem prosperar pelos seguintes motivos:

Quanto ao subitem 3.1 acima, o texto constante no edital, decorre de norma legal, posto que a IN 05/2017, art 57, § 1 preceitua que:

Art. 57. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

§ 1º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Sendo assim, revelam-se insubsistente as alegações da licitante.

O disposto no item 3.2, que cita vício editalício na planilha de custos e formação de preços temos de considerar como correto o valor R\$ 4,80 expresso na planilha da Administração, visto que este é o custo real a ser suportado pelo empregador, enquanto a diferença no valor de R\$ 1,27 é custo assumido pelo empregado descontado em folha. Portanto a empresa não é onerada em R\$ 6,07 e sim no valor de 4,80 como evidenciado no submódulo 2.3 da planilha de custos.

No tocante ao submódulo 4.1, letra A, percentual de 0,92%. Neste submódulo a licitante alega existir vício no edital no que se refere à conta vinculada, pois no seu entendimento, o percentual correto seria de 8,33%.

Sobre o submódulo citado convém esclarecer que trata-se de provisão para os substitutos nas ausências legais, não tendo nenhuma a relação com a conta vinculada. Neste submódulo a licitante deve provisionar os valores para as ausências legais observando sua experiência e realidade, ao passo que as regras da conta vinculada estão disposta na cláusula sétima do contrato.

SOBRE IMPOSIÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA CCT BA000817/2024 INDICADA NO EDITAL. Como bem pontuado pela impugnante a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada pela Administração não será de uso obrigatório da licitante, segundo o disposto na condição 10.2.1 do instrumento convocatório. Entretanto as regras constantes no edital deverão ser observadas, a exemplo das condições 10.6 alíneas “c” e “c1”; 11.2 “c” vejamos:

10.2.1. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foi utilizada o instrumento normativo de trabalho indicado no Anexo II deste Edital (Orçamento Estimativo) no cálculo do valor estimado pela Administração, **o qual não é de uso obrigatório** para formação da proposta de preços.

10.6. Concomitantemente com a(s) planilha(s) de custos e formação de preços, a **licitante** deverá encaminhar os seguintes documentos:

(...)

c) declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) de trabalho que rege(m) a(s) categoria(s) profissional(ais) que executará(ão) os serviços, utilizado(s) para elaboração da(s) planilha(s) de custos e formação de preços, seguindo o modelo constante do Anexo VII deste Edital.

(...)

c.1) Alerta-se que o erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento, que resulte em vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitará a Contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021, de acordo com o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário.

11.2. Quanto à **aceitabilidade dos valores constantes da(s) planilha(s) de custos e formação de preços**, tem-se que:

(...)

c) somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços **valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação**, consoante o art. 5º, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, bem como o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário;

Quanto à reformulação da estimativa da exequibilidade requerida pelo licitante, não se sustenta, posto que, a condição 11.3 do edital reza: “Constitui indícios de inexequibilidade da proposta valor inferior a 50% do valor orçado pela Administração”. Ressalta-se ainda, que a redação inserta no edital é corroborada pelo art. 34 da IN SEGES/ME nº 73/2022.”

(grifos originais)

3.1. Assim feito, submeteu a Impugnação à apreciação superior, sugerindo a nossa oitiva.

É o breve Relatório.

4. Pois bem. Assiste razão ao Pregoeiro, ao afirmar que *as questões suscitadas pela empresa não devem prosperar*.

5. Confessando uma certa dificuldade em compreender o limite das alegações e pretensões da Impugnante, é certo que a empresa pretende alterar o ato convocatório no que diz respeito à estimativa da Administração, feita sob a forma de planilha de custos e formação de preços (PCFP), chegando a afirmar, neste intuito, que a Administração deveria *"considerar estimativa com preços médios de mercado, com a devida comparação singular de casos análogos ao objeto desta contratação"* e, ainda, *"reformular a estimativa de exequibilidade para a execução dos serviços"*.

6. Nesse contexto, enfrentando inicialmente a contestação da empresa quanto ao valor informado no ETP (doc. nº 3237113, tópico 10), cabe esclarecer que aquela estimativa não se prestou a embasar o valor máximo indicado no edital. Em verdade, tratando-se de *serviços de execução indireta com alocação de mão de obra residente*, foi obedecida, na precificação, a [Portaria DG TRE-BA nº 742/2022](#), notadamente, o artigo 1º, § 2º, I, e o artigo 5º, que rezam:

Art. 1º. A realização de pesquisa e estimativa de preços das contratações em geral e a instrução das contratações diretas realizadas no âmbito do TRE-BA **obedecerão aos critérios e procedimentos estabelecidos neste ato**, sem prejuízo da observância de outras normas específicas de aplicação obrigatória na Administração Pública Federal.

(...)

§2º A pesquisa será realizada a partir de fontes diversificadas, mediante a utilização dos seguintes parâmetros definidos no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, adotados de forma combinada ou não, devendo ser demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

(...)

Art. 5º Em se tratando de serviços de execução indireta ou terceirizados, será elaborada a Planilha de Custos e Formação de Preços, a qual servirá de parâmetro na contratação.”

6.1. Anote-se que a norma interna desta Casa vai ao encontro das normas gerais vigentes, conforme se vê da leitura das disposições abaixo:

LEI Nº 14133/2021

"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

(...)

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

(...)

IN SEGES nº 65/2021

"Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

IN Nº 5/2017

ANEXO V

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

2.9. Estimativa de preços e preços referenciais:

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

(grifos nossos)

6.2. Na linha desse racional, **a estimativa do preço máximo para a contratação foi feita de forma absolutamente adequada**, inclusive no tocante à adoção dos *patamares salariais convencionados entre o SINDILIMP e o SEAC* (CCT 2025/2026 SEAC x SINDILIMP - docs. nºs. 3228890, 3228920 e 3228923), e *"por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço"*.

7. A essa altura, obrigatório afirmar que **a Convenção utilizada pela Administração não precisa ser obrigatoriamente seguida pelas licitantes**. Consoante os termos postos no ato convocatório, repisemos, as concorrentes deverão apresentar *"declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) de trabalho que rege(m) a(s) categoria(s) profissional(ais) que executará(ão) os serviços, utilizado(s) para elaboração da(s) planilha(s) de custos e formação de preços, seguindo o modelo constante do Anexo VII deste Edital"*.

7.1. Ademais, no Anexo II do edital (Orçamento Estimativo) informa-se com clareza:

"Observação: informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual não será de uso obrigatório pelas licitantes: (grifo original)

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025 /2026(ANO)

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: BA000817/2024

DATA DO REGISTRO: 03/12/2024

SINDICATO PATRONAL: Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação (SEAC) SINDICATO DOS EMPREGADOS: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Limpeza Urbana e Terceirizados (SINDILIMP)".

8. E, a fim de rechaçar a alegação de erros nos valores constantes da planilha elaborada pela Administração, ratificamos estar correta a precificação da rubrica **"seguro de vida" (R\$4,80 - evidenciado no submódulo 2.3)** e, quanto ao *submódulo 4.1, alínea "A"*, de fato, não se trata de rubrica relacionada ao montante destinado à glosa e depósito em conta vinculada. Como bem esclarecido pelo Pregoeiro, *"Neste submódulo a licitante deve provisionar os valores para as ausências legais observando sua experiência e realidade, ao passo que as regras da conta vinculada estão disposta na cláusula sétima do contrato"*.

9. Ante todo o exposto, opinamos pelo não acolhimento da Impugnação apresentada pela empresa FS - TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (doc. nº 3473421), mantendo-se, por consequência, as condições do edital do Pregão Eletrônico 90007/2025 (doc. nº 3449339), tal qual originariamente expedidas.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 26/08/2025, às 14:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3477361** e o código CRC **915A8A3B**.